

# VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

*Data de aceite: 02/07/2025*

**José Cláudio da Silva Junior**

**George Andre Lando**

## 1 INTRODUÇÃO

A constituição Federal de 1988, determina que o acesso aos serviços de saúde no Brasil, é um direito fundamental, ofertado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), baseado nos princípios da universalidade, equidade e integralidade. Porém, apesar do SUS apresentar relevante amplitude, ainda são observadas significativas desigualdades sociais e geográficas com relação ao acesso dos serviços de saúde, principalmente para as pessoas que se autodeclaram pardas, pretas e indígenas (Mota et al., 2021).

Dessa maneira, ofertar a saúde é um desafio considerável e complexo, uma vez que sua oferta deve partir das necessidades individuais e coletivas dos grupos populacionais (Sonaglio et al., 2019). Nesse sentido, grupos e pessoas em condição de maior vulnerabilidade social e

ambiental, como as que estão em situação de exclusão social e estado de pobreza, passam por maiores dificuldades quanto ao acesso aos serviços e equipamentos públicos de saúde (Santos e Lima (2020).

Através dos seus estudos, Silva, Gomes e Brito (2021) afirmam que o conceito de vulnerabilidade social tem sido trabalhado por diferentes autores, com propostas de definições próximas, mas com acentuação diferenciada dos fatores relevantes.

Nessa perspectiva, Santos e Lima (2020), afirmam que a vulnerabilidade socioambiental e em saúde desses grupos é acentuada pela falta de políticas públicas efetivas que integrem as dimensões sociais e ambientais, exacerbando as desigualdades e dificultando o processo de superação das condições adversas. Para mitigar essa situação, é essencial adotar uma abordagem intersetorial que leve em consideração as especificidades de cada comunidade, promovendo a inclusão e o acesso igualitário a direitos básicos, como saúde, educação e moradia.

Fato é que, independentemente das perspectivas diferentes adotadas pelos distintos autores, é possível identificar um caminho de consenso de que a vulnerabilidade social não se apresenta como uma simples consequência da exposição aos perigos, mas também o resultado de condições de desigualdade social que procedem a ocorrência desses processos e que podem estar relacionados com fatores como a pobreza, a idade, o gênero, a raça ou a classe social (Silva, Gomes e Brito; 2021).

Segundo Silva e Almeida (2018), as comunidades quilombolas, formadas em sua maioria por negros, representam um importante símbolo de resistência e preservação de práticas ancestrais, apesar das adversidades históricas e das condições socioeconômicas precárias em que vivem. A manutenção da identidade quilombola é essencial para o fortalecimento dessas comunidades e para a garantia de seus direitos fundamentais.

Devido a sua herança cultural, as comunidades de quilombolas são, em maioria, consideradas grupos vulneráveis, expostos a riscos, desigualdades socioeconômicas, discriminação de etnia e cultura, assim, acabam sendo mais sensíveis no que diz respeito às vulnerabilidades e desigualdades na acessibilidade aos serviços de saúde (Silva e Santos, 2019).

A oferta dos serviços de saúde dos grupos de quilombolas pode ser afetada por diversas situações, desde a pobreza extrema, isolamento ou distanciamento geográfico, discriminação racial e etnia, baixa renda domiciliar, falta de empregos formais, precárias condições de habitações, desafios no acesso à educação e à saúde, condições de vulnerabilidade alimentar, e até mesmo ausência de planejamento de ações de saúde efetivas tanto de promoção de saúde, quanto prevenção de doenças para essas comunidades (Cardoso, Melo e Freitas, 2018).

Ainda nessa perspectiva, Silva e Santos (2019), a preservação dessa cultura é essencial não só para a valorização da história e identidade dos quilombolas, mas também para o fortalecimento da comunidade frente aos desafios contemporâneos. A luta pela terra, a manutenção de suas tradições e a preservação dos saberes ancestrais são fundamentais para garantir a autonomia e dignidade dessas populações, além de serem aspectos que devem ser considerados nas políticas públicas de inclusão e proteção cultural.

Diante desse contexto, nota-se o quanto é necessário impulsionar reflexões acerca de medidas que viabilizem a expansão do acesso à saúde, despertando para a demanda de transformações na situação existente nestas populações (Durand e Heidman, 2020).

Assim sendo, esta pesquisa, objetiva analisar quais são as vulnerabilidades socioambientais e em saúde, existentes nas comunidades quilombolas, bem como analisar a influência dessas vulnerabilidades com o comprometimento ao acesso dos serviços de saúde.

## 2 MÉTODOS

### 2.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão literária integrativa, que trata sobre as vulnerabilidades socioambientais nas comunidades quilombolas, adentrando, mais especificamente, nas questões que tratam sobre as violações dos direitos humanos nestas comunidades. Quanto à esta abordagem metodológica, Dorsa (2020), refere que para conduzir uma revisão integrativa, se faz necessário a combinação de estudos acerca de um tema específico, com a finalidade de construir uma análise abrangente das fontes existentes, o que corrobora para discussões acerca de métodos e resultados de estudos, além de pensar sobre possíveis direções para pesquisas futuras, aprofundando o tema com base em estudos preexistentes.

### 2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Como critérios de inclusão para seleção dos artigos que foram utilizados nesta pesquisa, realizou-se primeiramente à análise dos títulos e resumos dos artigos encontrados. Para seleção dos artigos, foram considerados aqueles que se apresentam completos, disponíveis para leitura e que tenham sido publicados nos últimos oito anos, com enfoque nas comunidades quilombolas. Além disso, também foi avaliada a relevância dos trabalhos e o conteúdo abordado. Como critérios de exclusão, considerou-se aqueles que não estavam disponíveis para leitura na íntegra, bem como os que haviam sido publicados com tempo superior a cinco anos.

### 2.3 Procedimento e Coleta de dados

A procura pelas produções científicas utilizadas foi realizada em bases de dados online, como National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO), e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), em busca de artigos com publicações que compreendessem o período de 2017 a 2024. A pesquisa nas bases de dados foi realizada utilizando os seguintes descritores/palavras chaves: Quilombolas, Saúde, Vulnerabilidades socioambientais.

### 2.4 Processamento e Análise de Dados

Para obter dados, exploramos artigos e fontes especializadas, registrando detalhes como autores, ano de publicação e fonte. Posteriormente, extraiu-se as informações relevantes para realizar uma análise crítica e abrangente acerca dos estudos que tratam sobre as comunidades quilombolas.

Os artigos classificados como fontes indispensáveis para o desenvolvimento do estudo foram agrupados em uma pasta, organizados e numerados de acordo com sua

relevância e posteriormente submetidos a uma leitura completa, da qual foram obtidos os dados utilizados no decorrer da escrita da revisão integrativa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos critérios previamente definidos para esta revisão, foram encontrados 84 artigos. Após a realização de uma leitura detalhada dos títulos e resumos, foram removidos 70 artigos. Os 14 selecionados foram lidos por completo, e o quadro a seguir mostra os critérios utilizados para a seleção.

**Quadro 01.** Processo de seleção dos artigos utilizados.

Base de dados	Crítérios de seleção	Elegibilidade	Trabalhos selecionados
SciELO, BVS, PubMed.	Artigos com texto completo, disponíveis em português, publicados nos últimos 5 anos.	Leitura realizada na íntegra dos trabalhos selecionados, com avaliação de informações relevantes ao desenvolvimento da pesquisa.	Publicações selecionadas na pesquisa (n=14) BVS (n=4) SciELO (n=6) PubMed (n=4)

**Quadro 02.** Caracterização dos principais artigos que tratam sobre os objetivos e desfechos acerca das vulnerabilidades socioambientais nas comunidades quilombolas, bem como sobre a violação dos Direitos Humanos desses povos.

ID	Autor e ano de publicação	Título	Objetivo da pesquisa	Principais considerações
01	Beserra et al., 2014	Inquérito de Saúde em Comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil (Projeto COMQUISTA): aspectos metodológicos e análise descritiva.	Apresentar a metodologia geral e os resultados descritivos preliminares do projeto COMQUISTA.	O estudo apresenta a necessidade da implementação de estratégias que viabilizem a melhora da qualidade de vida das comunidades quilombolas, tendo por principal finalidade a redução do grau de vulnerabilidade da comunidade em questão.
02	Cardoso, Melo e Freitas (2017)	Saúde e Comunidades Quilombolas: Uma Revisão da Literatura.	Apresentar aos profissionais de saúde uma reflexão sobre as questões pertinentes às populações quilombolas e suas dificuldades na defesa de seus direitos de acesso à atenção em saúde.	É evidente que no trajeto do Sistema Único de saúde (SUS), há uma marginalização histórica de grupos e pessoas. Os autores referem ainda que as políticas públicas de saúde devem buscar que haja efetividade do princípio de equidade, através da inclusão de grupos e pessoas, em especial as comunidades do Brasil.

03	Fiorati, Acêncio e Souza, 2016	As iniquidades sociais e o acesso à saúde: Desafios para a enfermagem.	Realizar reflexão crítica a respeito dos diferentes modelos interpretativos atuais dos Determinantes Sociais da Saúde e as iniquidades que dificultam o acesso e o direito à saúde.	É necessário que haja investimento de novas tecnologias que possam mostrar setores de desvantagem no contexto social, assim como conhecimentos capazes de explicar raízes das iniquidades existentes. Para os autores, somente através do reconhecimento destas iniquidades, bem como suas origens, será possível auxiliar nas soluções mais factíveis.
04	Freitas et al., 2011	Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura.	Apresentar aos profissionais de saúde uma reflexão sobre as questões pertinentes às populações quilombolas e suas dificuldades na defesa de seus direitos de acesso à atenção em saúde.	O estudo evidencia as grandes falhas existentes na trajetória do SUS, quanto aos grupos e pessoas historicamente marginalizados. Assim, as políticas públicas de saúde devem buscar fazer com que a prática da equidade sejam cada vez mais presentes, partindo de uma perspectiva da atenção inclusiva.
05	Anunciação et al., 2022	(Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil.	Discutir a importância da ampliação do debate e da produção do conhecimento sobre a garantia da Saúde da População Negra (SPN) e as formas de enfrentamento ao racismo no Brasil, considerando a perspectiva da interseccionalidade.	É válido mencionar que existe uma discriminação da população negra, fundamentando o preconceito racial, e barreiras existentes com relação a garantia dos Direitos Humanos destes grupos.
06	Câmara et al., 2024	Racismo e insegurança alimentar: Mazelas de uma comunidade quilombola da Amazônia legal brasileira	Analisar a situação de insegurança alimentar das famílias da comunidade quilombola Imbiral Cabeça-Branca, município de Pedro do Rosário, Maranhão, durante o período pandêmico da COVID-19.	As comunidades quilombolas enfrentam diversas vulnerabilidades socioambientais e de saúde, decorrentes de um histórico de marginalização e exclusão social. Essas populações estão frequentemente localizadas em áreas periféricas e de difícil acesso, o que dificulta o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e saneamento básico. Além disso, as condições ambientais, muitas vezes adversas, como o desmatamento e a falta de infraestrutura adequada, agravam ainda mais suas condições de vida.

A realização de pesquisas sobre a temática em questão buscará compreender como o acesso à serviços de saúde pelas comunidades quilombolas é afetado pelas suas vulnerabilidades socioambientais, a fim de contribuir para o reconhecimento das condições de saúde existentes nestes grupos, bem como suas compreensões sobre o que é ter saúde, baseado nos conhecimentos que são adquiridos por meio de suas vivências diárias (Cardoso, Melo e Freitas; 2017).

Além disso, estudos sobre as questões que tratam sobre as questões de saúde e contexto socioambiental das comunidades tradicionais, poderão ampliar a consolidação de pesquisas para o desenvolvimento socioambiental e de saúde das comunidades quilombolas, fortalecendo a pesquisa interdisciplinar no Estado de Pernambuco, principalmente no que diz respeito aos aspectos da saúde em comunidades tradicionais existentes (Stopa et al., 2017).

Nesse caminho, é possível afirmar que a assistência à saúde nas comunidades quilombolas, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), apresenta desafios específicos devido às condições socioeconômicas e geográficas dessas populações. A APS, enquanto porta de entrada para o SUS, desempenha papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças, mas enfrenta obstáculos como a dificuldade de acesso, a escassez de recursos e a necessidade de estratégias adaptadas às especificidades culturais e territoriais dos quilombos.

Segundo Mendes et al., (2018), a efetividade da APS nas comunidades quilombolas depende da construção de um vínculo de confiança entre os profissionais de saúde e os moradores, além da consideração das práticas tradicionais de cuidado, respeitando as particularidades históricas e sociais dessas populações.

Em consonância, é possível afirmar que a oferta de saúde, moradia e alimentação adequadas é essencial para a garantia dos direitos humanos das comunidades quilombolas, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e tratados internacionais. No entanto, essas populações historicamente enfrentam desigualdades estruturais que dificultam o pleno acesso a esses direitos, o que resulta em condições de vida precárias.

De acordo com Souza e Silva (2017), a implementação de políticas públicas direcionadas a essas comunidades deve considerar suas especificidades culturais e territoriais, além de promover a participação ativa dos quilombolas no processo decisório, para que possam acessar, de fato, seus direitos à saúde, moradia digna e alimentação segura. A efetivação desses direitos é, portanto, um passo fundamental para a justiça social e a inclusão dessas populações no contexto nacional.

Segundo Almeida e Santos (2019), é necessário fortalecer o reconhecimento e a proteção dos territórios quilombolas, promovendo a descentralização dos serviços e a capacitação de profissionais para atender às demandas locais. Além disso, a articulação entre os diferentes níveis de governo e a criação de programas específicos são essenciais para que os direitos dos quilombolas sejam efetivamente respeitados e garantidos, diminuindo as desigualdades sociais e promovendo a justiça social.

Portanto, para ampliar a oferta e garantia dos direitos humanos nas comunidades quilombolas, é fundamental adotar estratégias que considerem as especificidades históricas, culturais e territoriais dessas populações. A implementação de políticas públicas inclusivas, que envolvam a participação ativa dos quilombolas na tomada de decisões, é um dos métodos mais eficazes para garantir o acesso a direitos como saúde, educação, moradia e segurança alimentar.

Nesse viés, Santos e Costa (2020), a garantia de direitos humanos para as comunidades quilombolas passa, essencialmente, pela valorização de seus saberes tradicionais, pelo fortalecimento do vínculo com seus territórios e pela ampliação da participação social nas decisões que impactam suas vidas, buscando assim, a superação das condições de vulnerabilidade e a promoção da justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as comunidades quilombolas enfrentam um cenário de vulnerabilidades socioambientais e de saúde que se perpetuam devido a processos históricos de marginalização e exclusão social. Essas populações, muitas vezes localizadas em áreas de difícil acesso, sofrem com a escassez de serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura, além de lidarem com a degradação ambiental que afeta diretamente suas condições de vida.

A precariedade no acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento e infraestrutura, somada às adversidades ambientais, agrava ainda mais as condições de vida dessas populações. Contudo, é possível melhorar essa situação por meio de ações políticas e sociais integradas, que considerem as especificidades culturais e territoriais dos quilombos.

Para que se possa mitigar essas desigualdades, é fundamental a implementação de políticas públicas que respeitem as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades, promovendo uma abordagem intersetorial que una saúde, moradia e educação.

A ampliação do acesso a serviços de saúde, com a implementação de estratégias de atenção primária à saúde adaptadas às necessidades locais, a garantia de direitos territoriais e a valorização das práticas tradicionais de cuidado são caminhos fundamentais. Além disso, é crucial promover a participação ativa das comunidades quilombolas na elaboração e implementação de políticas públicas, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam adequadamente atendidas.

Dessa forma, a superação das vulnerabilidades e a promoção da dignidade e dos direitos humanos dessas populações será um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M.; SANTOS, T. A. Garantia de direitos humanos nas comunidades quilombolas: desafios e perspectivas. *Revista de Direitos Humanos e Cidadania*, v. 14, n. 2, p. 211-225, 2019. Acesso em: novembro de 2024.
- CARDOSO, C. S.; DE MELO, L. O.; FREITAS, D. A. Condições de Saúde nas Comunidades quilombolas. *Revista de enfermagem*. 2017. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a110258p1037-1045-2018>. Acesso em: dezembro de 2024.
- DORSA, A.C. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, out./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i4.3203>. Acesso em: dezembro de 2024.
- DURAND, M. K.; HEIDEMAN, I. T. Schuter Buss. Saúde das Mulheres: Diálogo com a literatura. *Rev. Pesqui.* (Univ. Fed. Estado Rio de Janeiro. Online); 12: 202-209, jan-dez. 2020. Acesso em: dezembro de 2024.
- MENDES, E. A.; SILVA, A. L.; PEREIRA, M. P. A. A saúde nas comunidades quilombolas: desafios e possibilidades para a Atenção Primária à Saúde. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 52, n. 3, p. 45-56, 2018. Acesso em: dezembro de 2024.
- MOTA, A. N., et al. A look at vulnerability: analysis of the lack of access to health care for quilombolas in Brazil. *J Hum Growth* Dez. 2021; 31(2):302-309. DOI: 10.36311/jhgd. v31.11404. Acesso em: dezembro de 2024.
- SANTOS, A. P.; LIMA, T. R. Vulnerabilidade socioambiental e em saúde: desafios para a inclusão e o acesso a direitos básicos. *Revista de Políticas Públicas e Saúde*, v. 18, n. 2, p. 112-125, 2020. Acesso em: novembro de 2024.
- SANTOS, L. F.; COSTA, M. R. Vulnerabilidades socioambientais e de saúde nas comunidades quilombolas: desafios para a implementação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 25, n. 3, p. 98-111, 2020. Acesso em: dezembro de 2024.
- SILVA, F.L.; GOMES, R.P.; BRITO, M.D. Sobrevivências negras: Desafios da cidadania diante da violência. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2021, p. 580-607. DOI:10.1590/2179-8966/2020/569911 ISSN: 2179-8966. Acesso em: novembro de 2024.
- SILVA, J. F.; SANTOS, M. A. A herança cultural das comunidades quilombolas e sua importância na resistência social. *Revista de Estudos Sociais e Culturais*, v. 12, n. 1, p. 34-47, 2019. Acesso em: novembro de 2024.
- SILVA, J. R.; ALMEIDA, L. M. A formação das comunidades quilombolas: história, identidade e desafios. *Revista de Antropologia e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 122-136, 2018. Acesso em: dezembro de 2024.
- SONAGLIO, R. G., et al. Promoção da saúde: revisão integrativa sobre conceitos e experiências no Brasil. *Journal of Nursing and Health*, 9(3) 2019. Recuperado em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/11122>. Acesso em: dezembro de 2024.
- SOUZA, R. S.; SILVA, M. R. A. Direitos humanos e políticas públicas: desafios para as comunidades quilombolas no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 1, p. 102-115, 2017. Acesso em: dezembro de 2024.
- STOPA, S. R., et al. Acesso e uso de serviços de saúde pela população brasileira, Pesquisa Nacional de Saúde 2013. *Rev. Saúde Pública*. 2017; 51. DOI: 10.1590/s1518-8787.2017651000074. Acesso em: dezembro de 2024.